

O CHOQUE DAS INSTITUIÇÕES: A CULTURA ESCOLAR NO INTERIOR DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO¹

Marcos Antonio da Costa Santos

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGE-UFRJ

Professor de Geografia do Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva (Degase) e do Colégio Pedro II

E-mail: marcoscarol@oi.com.br

RESUMO

O presente artigo discute a formação de uma cultura escolar em espaços de privação de liberdade. O campo da pesquisa é uma das escolas públicas que funcionam no interior do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Discute-se a participação dos jovens internos na configuração dessa cultura escolar e as relações que são travadas entre as duas instituições – a escola e o sistema socioeducativo – envolvidas no processo de escolarização. Caracteriza-se a instituição socioeducativa como uma instituição total, que disputa o caráter disciplinar com a escola, impondo a ela o seu funcionamento e opondo dificuldades, como se as atividades educacionais interferissem na dinâmica disciplina-repressão.

Palavras-chave: Sistema socioeducativo; Cultura escolar; Instituições totais

THE SHOCK OF INSTITUTIONS: THE SCHOOL CULTURE IN THE SOCIAL-EDUCATIONAL SYSTEM IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This article discusses the formation of a school culture in areas of deprivation of liberty. The research field consists of one of the public schools that operate inside the social-educational system in Rio de Janeiro. It discusses the participation of internal youngsters in the configuration of this school culture, and the relationships between these two institutions involved, the school

¹ Este trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada *O choque das instituições: a cultura escolar no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro*, defendida em março de 2009 no PPGE/UFRJ.

and the social-educational system, in the process of school learning. This work characterizes the social-educational institution as a total institution that disputes the disciplinary character with the school, imposing its operation and opposing difficulties as though the educational activities interfered in the discipline-repression dynamics.

Keywords: Social educative system; School culture; Total institution

O CHOQUE DAS INSTITUIÇÕES: A CULTURA ESCOLAR NO INTERIOR DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO

Marcos Antonio da Costa Santos

Introdução

Duas instituições de origens, práticas e missões diferentes, a escola e um internato para jovens infratores, se encontram parte do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro.² A escola entrou no sistema socioeducativo para atender as obrigações impostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).³

A partir da década de 1990, um outro cenário, no que diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes, pôs fim a um período, pelo menos no campo jurídico, de criminalização e segregação de crianças e jovens no Brasil. Resultante de uma ampla mobilização de setores militantes dessa causa em nosso país, o ECA impôs um novo paradigma de proteção social, o de que essas pessoas são *sujeito de direitos*. Esse novo cenário do ordenamento jurídico reforçou o direito à educação, consagrado na Constituição de 1988, e criou mecanismos de acompanhamento e cobrança da sociedade para a sua efetiva realização, como os Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. A extensão desse direito foi garantida também aos adolescentes e jovens que estão em conflito com a lei (VOLPI, 2002). O Estatuto da Criança e do Adolescente, no capítulo sobre as Medidas SocioEducativas,⁴ determina como obrigatória a escolarização em unidades de internação e internação provisória.

Este artigo procura refletir sobre a significação desse processo de escolarização para os jovens e o seu próprio papel na configuração de uma cultura escolar no interior de uma instituição de internação. A cultura escolar é entendida como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, de acordo com a definição de Dominique Julia (2001, p.10). Entendemos que essa definição está em acordo com o trabalho pedagógico que se desenvolve em uma escola no interior de outra instituição, a

² Definido pela resolução 01/2002 do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro.

³ Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

⁴ O ECA denomina de medida socioeducativa a punição imposta ao jovem em conflito com lei. As medidas socioeducativas são: a advertência, a prestação de serviço à comunidade, a liberdade assistida, a semi-liberdade e a internação em uma instituição do Estado.

socioeducativa, que também está marcada por uma cultura institucional mergulhada no imaginário social sobre esse tipo de sistema, que possui mais de cinquenta anos de existência.

A pesquisa, que originou a dissertação de mestrado “O choque das instituições: a cultura escolar no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro”, teve como principal objetivo analisar as relações institucionais entre uma escola pública e uma instituição de cumprimento de internação provisória no Rio de Janeiro. Como a escolarização contribui para o processo de cumprimento da medida socioeducativa de internação? Como os jovens internos se apropriam da escola, um outro espaço dentro da instituição? De que forma as relações entre as duas instituições influenciam na constituição de uma cultura escolar no sistema socioeducativo, a partir da participação dos jovens internados? Essas são algumas questões que balizam o desenvolvimento desta pesquisa, realizada junto aos jovens internos do Instituto Padre Severino e aos professores que lecionam no Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva, situado no interior do Instituto.

Desejamos contribuir para que a medida socioeducativa seja eficiente, no que diz respeito ao cumprimento do ECA e de outras normativas que garantem direitos sociais a esses jovens, mesmo quando praticaram um ato infracional. Acreditamos que a garantia dessa escolarização é um passo importante na implementação do ECA após 18 anos de sua criação, e buscar conhecer o funcionamento das instituições envolvidas é um passo importante nessa trajetória.

O internato e a escola

O Instituto Padre Severino, localizado no bairro da Ilha do Governador, surgiu com o nome de Instituto Psicoterápico Padre Severino,⁵ em 1954, no antigo SAM, para ser referência no tratamento de crianças e jovens do sexo masculino que apresentavam comportamento desviante e de difícil tratamento. Foi considerado um estabelecimento exemplar, com instalações modernas e dotado de profissionais da área da psicologia (RIZZINI, 2005). Durante o período da Funabem⁶ serviu de pólo de triagem para outras instituições do Rio de Janeiro. As ideias sobre a instituição ser uma “masmorra” de menores e “escola do crime” de alta periculosidade estão presentes ainda hoje no imaginário da sociedade carioca, de acordo com o depoimento histórico de um ex-diretor do SAM.⁷ Atualmente as suas instalações pertencem ao Degase⁸ e é uma instituição de

⁵ A instituição estava subordinada ao SAM (Serviço de Atendimento ao Menor), criado em 1941 e extinto em 1964.

⁶ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, criada em 1964 e extinta no Governo Collor de Mello (1990-1992).

⁷ Trata-se do livro *SAM- Sangue, Corrupção e Vergonha*, de Paulo Nogueira Filho (1956).

⁸ Departamento Geral de Ações Socioeducativas, criado em setembro de 1994.

internação provisória, na qual o adolescente deveria ficar internado no máximo quarenta e cinco dias,⁹ como normatiza o ECA.

Os problemas estruturais do novo Degase refletem-se diretamente nessa unidade, quando não o próprio órgão é confundido com esse pela imprensa, que o procura frequentemente para realizar reportagens ou mesmo produções cinematográficas sobre o tema da delinquência juvenil.¹⁰ A instituição também é procurada por pais de classe média que almejam disciplinar seus filhos, demonstrando o que poderia lhes acontecer caso continuem desobedientes, demonstrativo do papel social e da permeabilidade que esse tipo de instituição representa para a sociedade (IGNATIEFF, 1987).

O Colégio Estadual Padre Carlos Leônico da Silva¹¹ foi criado no ano de 1994 para funcionar no interior do Instituto Padre Severino. Na ocasião, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) realizou um processo de seleção entre os professores da rede estadual de ensino para pôr em funcionamento o magistério nessa e em outras escolas que estavam sendo criadas no interior do sistema Degase. O que nos contam os professores mais antigos que foram lotados nessa escola, é que houve um processo de abandono por parte da SEEDUC, não designando um diretor para as escolas e nem formalizando referências curriculares e diretrizes para o trabalho pedagógico. O funcionamento da escola ficou a cargo de funcionários do Degase que tinham a função de pedagogos. Esses funcionários organizavam as turmas e as atividades pedagógicas diárias.¹²

Não foi senão no início de 2001 que a SEEDUC nomeou um diretor para o Colégio Estadual Padre Carlos Leônico. Neste mesmo ano, segundo informam alguns professores, dois diretores foram nomeados, um dos quais abandonou o cargo logo após a ocorrência de uma rebelião que atingiu a instituição e retardou o funcionamento da escola. Daí por diante, somente a partir do início de 2003 é que se verificou certa estabilidade no quadro de diretores. A escolha para o cargo de diretor da escola recaiu sobre professores que tenham algum tipo de experiência com educação de jovens e adultos ou que tenham sido professores nessas escolas. A atual diretora, nomeada em junho de 2008, pertencia ao quadro de professores da escola.

Por não se diferenciar administrativamente e seguir as mesmas diretrizes pedagógicas de outras escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, a escola só conta com o diretor para a

⁹ Observamos casos em que esse tempo de internação é desrespeitado, principalmente por comarcas do interior do estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ Os documentários *Notícias de uma guerra particular* e *Juízo* são exemplos de produções que utilizaram o Instituto Padre Severino como locação.

¹¹ Padre Carlos Leônico (1872-1952) foi educador franciscano e autor de diversos livros na área de educação.

¹² A constatação parte de um livro de atas que percorre o período de outubro de 1995 a novembro 1996, registrando as ocorrências diárias das atividades pedagógicas.

realização de tarefas administrativas por conta do número de alunos, critério da SEEDUC para lotar servidores nas escolas estaduais. A escola possui 23 professores, que lecionam para o primeiro e segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio. A origem funcional desses docentes é diversa: transferidos por força de lei da SEEDUC para o órgão, concursados para o Degase, concursados e contratados pela SEEDUC. A instituição de internação, o Instituto Padre Severino, cedeu um funcionário do quadro de pedagogos para fazer a ponte entre as duas instituições. Uma servente da empresa que presta serviço terceirizado ao Degase realiza a rotina de limpeza do espaço escolar.

Na estrutura organizacional da SEEDUC foi incluída, em meados de 2008, a Coordenadoria Especial de Unidades Prisionais e Socioeducativas (COESP), diretamente ligada ao gabinete do secretário de educação. A COESP iniciou um processo de discussão sobre a organização pedagógica e administrativa das escolas que funcionam no interior do Degase.

Nesse mesmo momento, o Degase passou para a estrutura da SEEDUC. A inclusão nessa estrutura administrativa, de acordo com o decreto de transferência, atende às necessidades educacionais do órgão e à orientação de seguir o SINASE,¹³ em tramitação no Congresso Nacional.

Embora a instituição escolar seja necessária à implementação de um dos direitos dos jovens internados, o direito à escolarização, a configuração das relações de poder entre escola e internato e a tensão entre educação e contenção dificulta a garantia desse direito. A escola não possui autonomia de funcionamento, depende de que os jovens sejam trazidos para as aulas por agentes de disciplina¹⁴ e o número de jovens que frequentam as aulas não corresponde à quantidade de matriculados na escola e constantes da listagem previamente elaborada. A carência no quadro funcional dos agentes de disciplina é frequentemente utilizada como justificativa para essa questão. A outra questão é o conceito de segurança (FOUCAULT, 1977) voltado para evitar a fuga dos jovens. A desconfiança de que os jovens estejam organizando uma rebelião (até mesmo em outras unidades de internação do Degase) também é motivo para que as atividades escolares sejam interrompidas, como observamos em diversos momentos.

Os jovens internos, em sua maioria, parecem possuir uma expectativa de irem para a escola em função do relatório que será enviado ao juiz.¹⁵ Discursos como “ajuda nós com o juiz” deixam

¹³ Trata-se do projeto de lei 1627/2007 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo com o objetivo de normatizar a aplicação da medida socioeducativa.

¹⁴ Como são chamados os funcionários responsáveis pela segurança da instituição e condução dos jovens para as atividades pedagógicas ou visitas.

¹⁵ Trata-se do juiz da Vara da Infância e Adolescência da Comarca da Capital/RJ ou da comarca do município de origem do jovem, responsáveis pela aplicação da medida socioeducativa.

transparecer essa motivação; porém, devido à ausência de pessoal do quadro técnico¹⁶ do Instituto Padre Severino acompanhando o processo de escolarização dos jovens, não há garantia de que essa informação seja incluída no relatório.

Dessa forma, o Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva constrói o seu projeto pedagógico impressado, de um lado, pelas exigências burocráticas da SEEDUC e, por outro, pela dinâmica de outra instituição, na qual está inserido.

“Essa escola é diferente”: o projeto político-pedagógico em construção

A fala de um dos jovens participantes da pesquisa espelha o objetivo de adequar o funcionamento da escola à dinâmica institucional do Instituto Padre Severino: “Essa escola é diferente. Aqui a gente faz um trabalho só, lá a gente faz um monte de trabalho. Lá passa dever para casa” (Jovem 10).

A escola buscou alternativas à dificuldade do órgão central em estimular a configuração de uma proposta pedagógica específica para as escolas do sistema. É nesse contexto que vai se configurando uma cultura escolar que, ao nosso ver, tem no perfil de seus alunos o elemento mais importante de sua formação. Na medida socioeducativa, a escolarização requer uma profunda compreensão dos processos sociais que trouxeram esses adolescentes e jovens para a instituição socioeducativa. De acordo com Lúcia Garay (1998), deve estar baseada no esforço em centrar as suas ações no caráter simbólico da escola, ressignificando-a, atentando para seus principais atores: alunos e professores.

O Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva iniciou a construção do seu projeto no ano letivo de 2003, conforme exigência da LDB (Lei de Diretrizes e Bases).¹⁷ A institucionalização desse projeto pedagógico tomou força a partir do momento em que foi ampliado o tempo de permanência no cargo de direção da escola, e verifica-se uma baixa rotatividade do quadro de docentes. O Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva está ancorado em diversos artigos da LDB, os quais garantem a participação da comunidade escolar na sua elaboração e abrem um leque de possibilidades de organização das classes e formas de avaliação. O Projeto Político-Pedagógico não segue nenhuma orientação oficial (pareceres, portarias etc) dos órgãos normativos da SEEDUC e, principalmente, do Conselho Estadual de Educação. Uma das professoras atuantes na escola faz uma observação sobre essa questão:

Eu acho que a Secretaria de Educação é uma grande máquina administrativa que se perde no momento em que ela tem uma escola diferenciada e não sabe nem a diferença da diferença da diferença. São diferenciadas apenas no nome,

¹⁶ O que se chama de técnico do Degase é o corpo formado por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais.

¹⁷ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

são escolas literalmente abandonadas dentro de uma macroestrutura que é a SEEDUC e tudo é feito para a macroestrutura. (Professor II)

A internação provisória (máximo de 45 dias) inviabiliza a administração de um currículo regular em conformidade com as escolas regulares da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, chamadas pelos jovens internos de “lá de fora”. Um dos professores informantes reforça essa observação:

Como a gente sempre debateu, é uma escola diferenciada pela própria clientela “os meninos em conflito com a lei”. As pessoas sempre falam “você trabalha no Padre Severino?” (...) Aqui dentro do sistema é mais fácil da gente trabalhar, embora o nosso tempo seja pouco e a cabeça do menino é bem diferente de a gente trabalhar, né? (Professor I)

O espaço da escola, que possui seis salas de aula, ocupa a parte de trás da instituição. É bem conservado, pois recebe recursos financeiros oriundos da SEEDUC para a sua manutenção. Possui murais decorados pelos professores de acordo com o calendário de eventos culturais, religiosos, esportivos etc., que contam sempre com a participação dos alunos. Cada oficina pedagógica possui a sua sala-ambiente para desenvolver as suas atividades. Diversos equipamentos, como aparelho de vídeo-cassete, aparelho de DVD, televisores e tocadores de CD's enriquecem o trabalho pedagógico. Uma pequena sala, onde são guardados os livros didáticos e os de literatura, é chamada de Sala de Leitura (embora não possua espaço para a leitura).¹⁸ A sala dos professores é um misto de sala de reunião e de refeições, sendo aparelhada com mesa grande, cadeiras, geladeira, cafeteira e forno de microondas.

O eixo principal do projeto pedagógico é a reflexão sobre CIDADANIA, SOCIEDADE E CULTURA. A organização curricular acontece a partir de oficinas pedagógicas que agrupam diversas disciplinas para trabalhar em torno de temas geradores. O objetivo é procurar uma maneira dinâmica de abordar os conteúdos no curto tempo de permanência dos jovens e ao mesmo tempo trabalhar momentos de reflexão sobre os problemas sociais e o próprio envolvimento dos jovens com o ato infracional.

As oficinas agrupam as disciplinas do currículo do ensino básico (fundamental e médio): a) Oficina Ambiental (Geografia, História e Ciências); b) Oficina de Vivência (Filosofia e Religião¹⁹); c) Oficina de Linguagem (língua portuguesa e inglesa); d) Oficina de Matemática ; e) Oficina Recriarte (Educação Física e Educação Artística,); f) Oficina de Informática Educativa.

¹⁸ A escola conseguiu, após longa negociação com a direção da instituição, implantar um sistema de empréstimos de livros de literatura para os jovens.

¹⁹ Obrigatória a sua oferta no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a lei estadual nº3459, de 14/09/2000.

O Colégio Padre Carlos Leôncio da Silva optou por agrupar as diversas séries em seis etapas de ensino, de acordo com o rendimento dos jovens internos no processo denominado de classificação,²⁰ fase inicial de ingresso na escola. Aplica-se ao jovem um teste para certificar o seu estágio de escolarização, que é confrontado com a sua declaração verbal. Muito raramente esses jovens trazem algum tipo de declaração oficial de escolarização anterior. A classificação possui, inicialmente, esse objetivo de inserção na escola e, depois, o de possibilitar a retomada do seu processo de escolarização.

Para Antonio Cândido (1983, p.107), no interior da escola desenvolve-se uma estrutura própria, característica das conjugações dos elementos sociais singulares, ou seja, cada instituição desenvolve uma cultura própria, baseada em normas e valores que emergem de sua prática. A dimensão específica, como nos ensina António Nóvoa (1995, p.15), assumida por essa escola, evidencia uma resistência em não se acomodar aos parâmetros educacionais e administrativos impostos pela SEEDUC. É também fundamental, para o autor, a compreensão de que é no contexto da escola, como organização, que é possível surgirem inovações pedagógicas significativas, com maiores chances de se consolidarem, em contraposição às normas impostas pelos órgãos centrais gestores da educação.

Essa escola possui uma diferença de organização pedagógica em relação àquelas do mundo exterior, sentida pelos jovens e apropriada por eles como um dos elementos importantes de resistência em sua passagem por uma instituição de internação.

Essa escola é diferente: a escola na visão dos jovens internos²¹

No contexto da formação da ordem social burguesa na Europa, a escola assume a função de formar os novos cidadãos, que ascenderiam socialmente pelo mérito pessoal. A escola será vista como a instituição que irá promover a igualdade social e uma sociedade democrática, possibilitando o acesso ao emprego e ao consumo (PATTO, 1999; GARAY, 1998). Essa representação se disseminará no processo de escolarização da população brasileira, especialmente nos centros urbanos, e se encontra presente mesmo entre aqueles jovens que abandonaram a escola, ingressando no mundo do crime:

A escola é futuro, para arrumar um emprego, sem arrumar um emprego nós não é nada.

(Jovem 1)

²⁰ A classificação é garantida pela LDB 9394/96, no artigo 24º.

²¹ Os jovens que participaram das entrevistas são identificados pela ordem em que foram entrevistados e relatos escritos são identificados pelas iniciais de seus nomes.

Sem a escola não podemos arrumar um emprego, melhorar o currículo, o jeito de falar. (Jovem 2)

De repente tu pode ganhar dinheiro com um curso e está na série mais baixa não pode entrar. (Jovem 3)

Em princípio, embora pareçam acreditar na promessa da escola baseada no binômio escolarização-emprego, logo depois afirmam que na trajetória de suas vidas, marcadas por abandonos e mortes de parentes próximos, mudanças frequentes de bairros e violência das comunidades em que habitam, não existe lugar para a escola:

Às vezes a gente está estudando mais nossa família precisa de uma coisa e não tem como dar o sustento. Aí você está na escola aparece uma proposta para arrumar um emprego ou uma parada para arranjar um dinheiro. Às vezes tu abandona a escola e vai para aquilo que você sabe que vai arrumar um dinheiro e vai botar o sustento dentro de casa. (Jovem 1)

Tive que parar de estudar para trabalhar. Estudava de manhã, comecei a faltar, a matar aula. Perdi meu pai com 5 anos de idade. (Jovem 3)

Tinha arrumado uma briga no colégio e todo dia eles estavam correndo atrás de mim. Estava indo, mas depois que começou a briga fingindo que ia para a escola. (Jovem 7)

Como sugerem os jovens, a rua parece ser mais atraente nesse momento de suas vidas. A sensação de poder que passam a ter no envolvimento com o tráfico, carregando armas importadas, a possibilidade de acesso a algumas maquiagens da condição de meninos pobres, como utilizar o tênis da moda, a bermuda e a camiseta da *griffe* mais famosa, que serão desfilados nos bailes *funk*, são alguns dos motivos que Cruz Neto (2001) atribuiu para a interrupção de sua história escolar e que as entrevistas com os jovens parecem confirmar. A grande maioria dos jovens participantes da pesquisa²² estava fora da escola quando cometeram o “ato infracional” ou possuíam uma ou mais repetências, como eles mesmos informam: “Eu mesmo tive que sair da comunidade, porque não tinha recursos. Infelizmente, conheci a droga. Eu gastava o dinheiro que ganhava na rua com a droga, o motivo da minha decadência” (Jovem 4). Para Maria Eloiza Guimarães (1998, p. 215), ao analisar o envolvimento de alunos de escolas públicas da periferia do Rio de Janeiro com o tráfico de drogas e os impactos dessa atividade ilícita nas relações entre a escola e a comunidade de seu entorno, “a escolaridade não representa, para esses jovens, uma possibilidade real de mudança em suas vidas, de modo a projetar no futuro uma utilidade ampla e um sentido para os estudos”.

No interior do sistema socioeducativo, a escola parece assumir um significado próprio para os alunos, relacionado à ideia de liberdade: liberdade de interagir com os colegas e com os

²² A defasagem idade-série é grande, de acordo com o levantamento feito pela própria escola.

professores. O tratamento diferenciado em relação ao adestramento a que são submetidos no dia-a-dia do internato é um fator realçado nas entrevistas. Podemos entender que, se a escola é o “último elo de uma extensa cadeia de dominação, a sala de aula é um lugar privilegiado no qual professores e alunos contribuem ativamente para a constituição da escola como “realidade rebelde” (PATTO, 1999, p.112), como percebe um jovem interno:

Poxa! A atenção daqui... Entendeu? As pessoas te tratam com se você fosse um bicho do mato e ganhasse um passarinho já adestrado. O do mato você ia tratar com mais cautela, seria coitadinho vou ensinar a comer, um cachorro que você pega na rua, você ia ensinar a comer direitinho, você ia cobrir ele, aqui é tua casinha, tá me entendendo, os menores infratores são muito mais chegados, muito mais apegados, eles (os professores) nos transmite um valor, um valor que não tem preço, um valor pra ter humildade, o valor do amor como se tivesse um amor a cada um de nós. Entende? (Jovem 6)

Como a Instituição Socioeducativa limita o processo de comunicação entre os amigos que se encontram na mesma situação e com a sua própria família,²³ o momento das aulas pode servir para resgatar esses elos perdidos, e permitir, pelo menos momentaneamente, a formação de grupos, comum em outros ambientes escolares. Os três jovens abaixo demonstram que esse espaço escolar pode propiciar a vivência de relações afetivas entre alunos e professores, bem como uma sociabilidade típica dessa faixa etária de estudantes:

Hoje foi uma aula que deu para e meus demais amigos mandar uma mensagem para a nossa mãe que elas sempre devem estar com nós. Sei que é no dia 11 de maio, nós não tivemos essa oportunidade de comemorar. (Jh)

Hoje foi uma aula muito legal e os dois amigos para ver que foi muito maneiro essa aula deu para rever os meus amigos, pensar em nossa mãe e mostrar para ela que ela vale para nós. Ela vale todas as coisas do mundo e deu para distrair um pouco os alunos D, R e W falou que a professora foi muito maneira. (D.)

Aqui é bem melhor, tem alguma coisa pra fazer. Encontro meus amigos, meus colegas, lá nós só fica com os do alojamento mesmo. Têm outros moleque de Cabo Frio. (JOVEM 5)

No Padre só jogamos bola. Aqui eu vou a varias atividades (P.).

Os jovens internos também percebem que o tempo destinado à escolarização e o tratamento dado às matérias curriculares não alcançam o grau de dificuldade das escolas da rede regular de ensino:

Porque aqui a gente não estuda todos os dias e as matérias que a gente estudava lá. As coisas que as professoras passavam lá não passam aqui. É diferente. (M.)

Porque nós estamos presos é importante para abrir a nossa mente para aprendermos mais e esquecer que estamos presos. Para mudar é preciso ter mais atividades e chamar mais os menores. (P.)

²³ As visitas dos familiares acontecem aos sábados, em um período que dura duas horas. Como a instituição interna jovens de todo o Estado do Rio de Janeiro, alguns não recebem regularmente visita de seus familiares.

Eles desejam vir para a escola porque ela é uma “ilha” (GOFFMAN, 2001) dentro da instituição de cumprimento da medida socioeducativa. Serve para passar o tempo e ter acesso a regalias. Jogam com as palavras, elogiando a escola como se assim conseguissem um aliado na busca da liberdade, que talvez seja a palavra mais repetida por esses jovens no interior da instituição: “Eu a batizaria como mamão. Pois essa escola é molezinha, porque os professores deixam a gente mais à vontade, não tem provas e exercícios” (W.).

Apontam suas falas para o gosto pela escola e afirmam que, quando saírem do sistema, voltarão a frequentar a escola e principalmente arranjar um trabalho para saírem da rua. Indicações de que, ao menos, por alguns momentos, a escolarização pode estar contribuindo para a escolha de um novo caminho em suas vidas:

Já botei um negócio na cabeça, não quero saber dessa vida. Vou procurar um trabalho, vou voltar para a escola, fazer um curso. Isso eu não to falando de boca pra fora, professor. Eu quero voltar para a Bahia, minha tia mandou recado que está de braços pra mim, fazer minha tia se orgulhar de mim. (Jovem 3)

Na fala dos jovens, encontramos a comparação entre as duas instituições envolvidas na medida socioeducativa, ancoradas na diferença de tratamento institucional, como também nas diferenças espaciais e estéticas entre o espaço da escola e o da instituição socioeducativa,²⁴ como observamos:

Aqui foi muito ruim para mim, o sofrimento aqui... a pessoa fica desanimada, não tendo a sua liberdade, a pessoa tem que ter a liberdade, estou aqui preso não, isso aí é lição para qualquer um, qual a pessoa que vai querer isso, ficar preso em grade ...grade sendo esculachado.

É totalmente diferente o funcionário da escola são pacientes, são pacientes, são muito mais educados, tratam a gente bem, é isso que toda pessoa quer, dar o respeito para ser respeitado. (Jovem 3)

Aqui é mais assim, mais limpo, trata a gente bem. Aqui a gente pode conversar com você. A gente pode ficar mais a vontade, não pode ficar muito à vontade lá. Lá é mão para trás, cabeça baixa, não pode fazer nada. Vocês conversam mais com a gente do que com o pessoal lá da frente. (Jovem 5)

Um jovem, morador de rua, em sua primeira passagem pela instituição, demonstra que a visão do caráter disciplinador da instituição socioeducativa não é consensual entre os jovens internados. Com um vocabulário bem articulado, apesar de nunca ter frequentado uma escola formal, teceu elogios ao sistema:

Não vi nada de mais no sistema, como se fala lá fora. Eu me relacionar, conversar com o funcionário como uma coisa normal. Está naquela posição para

²⁴ A instituição socioeducativa, no momento da pesquisa, passava por uma reforma que atingia os alojamentos dos jovens, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias do lugar.

poder impor autoridade e respeito sobre o menor, porque senão vai extravasar toda a raiva que ele tem.... temor que ele vai impor seu respeito. Se não vira o caos, ta me entendendo? mas é perfeito...perfeito talvez é o final. Seu C. está de parabéns. (Jovem 6)

Algumas vezes, fomos testemunhas de internos que manifestaram o desejo de não participarem da escola, ou, no linguajar institucional, de não serem “chamados”. Nesse sentido, a posição do diretor do Instituto Padre Severino foi de que os jovens não teriam o direito de fazer essa opção.

Outro fator que nos foi relatado por um professor foi o de jovens que resistem à escola, não querem ter o constrangimento de aguardar cerca de uma hora no refeitório, até que todos terminem o café ou o almoço. Isso acontece porque, ao término dessas refeições, são conduzidos diretamente para a escola pelos agentes de disciplina. O constrangimento se dá por não poderem levantar a cabeça e conversar com o colega do lado. A fala de um desses jovens exemplifica essa posição em relação à escola: “A mesma coisa, não gosto daqui não, sou forçado, não gosto não” (Jovem 5).

As amenidades (GOFFMAN, 2001) estão presentes no espaço da escola, o que se contrapõe ao cotidiano do Instituto Padre Severino. O lanche servido como merenda, algumas cerimônias que podem participar, o acesso a informações que não chegam nos alojamentos, palavras de conforto dos professores, componentes curriculares voltados para a formação cultural e moral e a possibilidade de contarem sempre as suas histórias tristes criam a sensação de liberdade no espaço da escola, embora não exista a liberdade de circular livremente ou de sair da sala de aula para beber água ou ir ao banheiro que teriam nas escolas “lá de fora”. Como nos ensina Costa Leite (1998), liberdade é um conceito cujo entendimento é flutuante, de acordo com o contexto histórico e a vivência das pessoas, e é resultante da “autonomia do sujeito” (p.153) em relação às outras forças, que procuram enquadrá-lo dentro de normas sociais, como as instituições de internação para crianças e jovens. Utilizar-se do espaço da escola, por alguns momentos buscando ampliar as interações pessoais, traz um sentimento de liberdade, que reforça o desejo de voltar para a próxima aula, como bem demonstra a fala de um jovem interno: “Esquecer que tu tá aqui dentro. Faz um trabalho e parece que a gente está na pista” (Jovem 1).

A cultura escolar do Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva configura-se em função desses aspectos, resultantes do choque, por um lado, entre a concepção de educação e, por outro, o predomínio da repressão, que, apesar do ECA, continua presente no cenário das instituições socioeducativas.

Considerações finais

A Instituição Socioeducativa, marcadamente uma “instituição total”, é que consegue impor a sua disciplina no confronto entre as duas instituições. É incomodada pela escola que, em vez de isolar, de tornar os “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1977), trabalha com o coletivo. Nela, as relações pessoais são de afetividade e, de acordo com o relato dos jovens, poderia abrir espaço para o questionamento da instituição, embora a escola também tenha, historicamente, um caráter disciplinador.

Na sua maioria, jovens, oriundos das “classes perigosas”, são tratados como delinquentes “sem salvação” no sistema socioeducativo, que, *a priori*, tem como escopo a sua ressocialização e integração à sociedade, para que possam exercer a sua cidadania plena. A instituição socioeducativa limita as atividades pedagógicas e o processo de escolarização. A escolarização, assim nos parece, está desconectada do conjunto da medida socioeducativa aplicada.

A ressignificação da escola, a partir de um projeto pedagógico que leve em conta a realidade social e cultural desses jovens, pode ter bons resultados para o cumprimento da medida socioeducativa, estimulando a frequência e diminuindo a reincidência no “ato infracional”, como almeja a sociedade como um todo.

Buscamos compreender o efeito dessa escolarização nos jovens internos e como se manifestam quando estão no espaço da escola, procurando, assim, determinar a sua participação na configuração da cultura escolar como sujeitos ativos. Trata-se de um fator fundamental para a construção de um projeto pedagógico que possa romper com o binômio exclusão-punição, valorizando os direitos dos jovens e levando-os a refletir sobre o “ato infracional” praticado, considerando-os, afinal, sujeitos de sua própria história, como recomenda Mario Volpi (2002).

Referências bibliográficas

BRASIL. Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, 1990.

_____. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. (Lei Federal nº 9394/96). Brasília, 1996.

CANDIDO, Antonio. A Estrutura da Escola. In: **PEREIRA**, Luiz; **FORACCHI**, Maria Alice. *Educação e Sociedade*. 13ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

COSTA LEITE, Ligia. *Meninos de Rua: O Rompimento da Ordem 1554/1994*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1998.

- CRUZ NETO**, Otávio (org). *Nem soldados, nem inocentes*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001.
- GUIMARÃES**, Maria Eloiza. *Escolas, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- FOUCAULT**, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1977.
- GARAY**, Lúcia. A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões. In: **BUTELMAN**, Ida (org). *Pensando as instituições*. Porto Alegre: ArtMed, 1998. pp.109-136.
- GOFFMAN**, Erwin. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ªed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- JULIA**, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1, jan-jun.2001.p p.9-44.
- IGNATIEFF**, Michael. Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.7, nº14, mar./ago.1987. pp.185-193.
- MELLO**, Guiomar Namó de. *Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- NOGUEIRA FILHO**, Paulo. *Sangue, corrupção e vergonha: SAM*. Rio de Janeiro, 1956.
- NÓVOA**, Antonio. *Para uma Análise das Instituições Escolares*. Lisboa: Publicações Dom Quixote- Instituto de Inovação Educacional, 1995.
- PATTO**, Maria Helena S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- RIZZINI**, Irene; **RIZZINI**, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004.
- RIZZINI**, Irma. O surgimento de instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: **ZAMORA**, Maria Helena. *Para Além das Grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo*. Rio: Ed.PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2005.
- VOLPI**, Mario (org). *O adolescente e o ato infracional*. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2002.